

A AGRICULTURA AGROECOLÓGICA COMO PRÁTICA DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE¹

Andre Luiz de Souza²
Mestrando em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste
Miguel Ângelo Lazzaretti³
Doutor em Sociologia Rural
Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste

RESUMO: Este artigo consiste nos resultados preliminares da pesquisa de dissertação do mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste/Campus-Toledo-PR. A delimitação da problemática tem como eixo práticas agroecológicas em áreas de assentamentos rurais da reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O estudo tem por objetivo geral analisar os processos de ruptura e de descontinuidade das práticas agroecológicas no assentamento. A pesquisa está sendo realizada no assentamento Ander Rodolfo Henrique em Diamante D'Oeste-PR. Neste local há 108 famílias assentadas e distribuídas em uma área total de 3.097,69 hectares, o que constitui mais um avanço para a reforma agrária e para as lutas dos trabalhadores organizados do campo. A constituição do assentamento Ander Rodolfo Henrique é um processo de luta camponesa pelo território contra o capital, sobretudo pela forma das organizações e definições da matriz de produção, sendo que o MST optou pela transição agroecológica e priorizou a produção do auto-sustento familiar em contraponto ao modelo agroquímico proposto pelo agronegócio. A agroecologia constituiu-se como princípio a ser seguido pelas famílias, o que delimitou a constituição de um novo modelo de assentamento no estado do Paraná, sendo um desafio para estes sujeitos alicerçar um plano de desenvolvimento sustentável. No entanto, em 2013, este processo foi revertido e tanto o PDA (projeto de desenvolvimento do assentamento) quanto o regimento interno foram abandonados. Por isso, esta pesquisa destina-se a compreender quais foram os aspectos que influenciaram a ruptura do modelo agroecológico adotado até então.

Palavra-chave: Agroecologia, Assentamento, Sustentabilidade, Ruptura, Reforma Agrária.

¹ Artigo elaborado a partir dos dados preliminares da pesquisa de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus Toledo.

² Mestrando em Ciências Sociais pela Unioeste, campus Toledo. Especialista em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar Camponesa - Residência Agrária pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2015). Licenciado e bacharelado em Ciências Sociais pela Unioeste. (2012). E-mail: andre-sociais@hotmail.com

³ Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), mestrado em Sociologia, na Área de Concentração em Sociologia Rural, pela Universidade Federal da Paraíba (2000) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Atualmente é professor Associado da Unioeste. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma agrária, ação coletiva, MST, assentamentos e desenvolvimento regional. E-mail: miglazza1966@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui parte de uma pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida junto a um assentamento de famílias que desempenham atividades voltadas para a sustentabilidade, tendo como delimitação do tema práticas agroecológicas em áreas de reforma agrária no assentamento rural Ander Rodolfo Henrique em Diamante D'Oeste, no estado do Paraná.

Apresentamos um referencial teórico para problematizar as tentativas sustentáveis e de desenvolvimento de uma agricultura sem uso de agrotóxicos. Esta problemática teórica, no quadro dos movimentos sociais, tem levantado inúmeros debates e controvérsias sobre a base epistemológica da agroecologia.

No entanto, a problemática socioambiental tem orientado a internacionalização de novos valores e princípios que norteiam uma nova racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade e equidade social. Neste sentido, práticas agroecológicas, em áreas de reforma agrária, estão sendo desenvolvidas e implantadas nos assentamentos rurais.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) assumiu o desafio de incentivar a consciência dos camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas por eles e quais as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agrocomercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital), e conseqüentemente, romper com o sistema metabólico do capital garantindo a autonomia e a emancipação camponesa.

Diante disso, os contextos a serem exploradas situam-se em proposições de que a agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos. O discurso da agroecologia se estabeleceu no MST com mais ênfase a partir de sua inserção no movimento o que incluiu uma rede maior de aliados políticos (ONGs – Organizações não governamentais, associações e órgãos internacionais) e o acesso às políticas públicas governamentais com foco socioambiental.

Sob essa perspectiva, compreende-se que os assentamentos rurais são reconhecidos como espaços sociais privilegiados, tanto de produção discursiva em relação à agroecologia, quanto para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois é um dos principais locais onde está localizada a base social do MST.

Neste sentido, a pesquisa visa compreender as práticas agroecológicas e a constituição de um paradigma de agricultura sustentável implantada no assentamento Ander Rodolfo Henrique. Anseia ainda entender quais foram os limites e as controvérsias no desenvolvimento deste projeto de assentamento. Para tanto, busca-se problematizar a ruptura de um modelo de produção agroecológica, que estava em construção, e verificar quais foram os elementos chaves que causaram o rompimento deste projeto de assentamento agroecológico.

São apresentadas considerações parciais quanto aos resultados obtidos, tendo como meta responder aos objetivos do estudo e problematizar os aspectos das práticas agroecológicas e a ruptura do projeto inicial, mediante a realidade do assentamento em questão.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo envolveu 46 (quarenta e seis) famílias da população do assentamento Ander Rodolfo Henrique situado nos municípios de Diamante D'Oeste e Vera Cruz do Oeste, local administrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Para a obtenção dos resultados e para a discussão dos norteadores teórico-ideológicos do MST está sendo realizada uma análise documental por meio da coleta de dados secundários produzidos pelo MST e pelo assentamento pesquisado, desde sua fundação, em 2002, até seu término, em 2015. Estão sendo estudados os seguintes documentos: cartilhas, cadernos de formação, revistas, boletins públicos do movimento, livros, documentos internos (atas das reuniões do assentamento; regimento interno; plano do desenvolvimento sustentável; arquivos individuais, como fotos e história oral das famílias) e arquivos da biblioteca do Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITEPA), localizada no município de São Miguel do Iguçu-PR, bem como textos publicados na página da Internet do movimento social. Além disso, foi efetivada a coleta de dados primários com base em informações recentes do MST, apresentando, assim, as novas diretrizes do movimento com as ações agroecológicas.

A partir disso será possível selecionar, nesses materiais, as marcas e as impressões discursivas que permitiram captar e compreender o contexto do espaço social e as experiências que influenciam na formação do discurso da agroecologia no MST.

1. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: A PROBLEMÁTICA NO QUADRO TEÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A problemática socioambiental tem levado a sociedade a internalizar novos valores e princípios epistemológicos que orientam a construção de uma nova racionalidade produtiva, sobre bases de sustentabilidade ecológica e equidade social. Desta forma, a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permite realizar uma análise integrada da realidade (LEFF, 2002).

O termo “agroecologia” foi utilizado pela primeira vez significando uma aproximação entre ecologia e agricultura. Ao longo do século XX, esse conceito passou por diversos rearranjos e novas interpretações, desde um apelo voltado à “consciência ambiental”, passando pelo manejo de agroecossistemas até ser tratado como um paradigma socioambiental (GLIESSMAN, 2000; BARCELLOS, 2010).

A agroecologia pertence a diferentes campos sociais, quando os autores relatam seu histórico no Brasil afirmam que o assunto tem origem em um movimento de questionamento do modo de produção dominante, o que acaba por incentivar o estudo deste tema considerando-o como uma disciplina científica (WEZEL et al., 2009).

A agroecologia, desde a sua emergência no campo científico, busca uma resposta que se caracterizara por não romper radicalmente com a epistemologia dominante nas ciências convencionais. Esta emerge com um enfoque pluridisciplinar que buscou na ecologia suas abordagens metodológicas para fazer frente aos problemas vivenciados no campo das ciências agrárias, principalmente no referente à abordagem sistêmica do meio ambiente. (DALGAARD; HUTCHINGS; PORTER, 2003; GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000).

A Ecologia, assim como a agroecologia, surge dentro do campo científico para fazer frente à crise ambiental, que passava a ser percebida pela sociedade. O meio acadêmico foi fortemente afetado pelo movimento ambientalista.

A Ecologia, ciência que até então era vista como uma subdivisão da Biologia ganhou notoriedade e espaço como uma disciplina integradora essencialmente nova [...] que une os processos físicos e biológicos e serve de ponte de ligação [sic] entre as ciências naturais e ciências sociais. À medida que o âmbito da ecologia se expandia, intensificava-se o estudo sobre como os indivíduos e as espécies interagem e utilizam os recursos (ODUM, 1988, p.2).

Portanto, se a ciência convencional busca um único caminho para explicar a realidade, a agroecologia terá de assumir a complexidade do real na busca destes caminhos. Ou seja, deve assumir sua incapacidade de desenvolver um modelo ou um pacote de intervenções homogêneas. As soluções estão diretamente relacionadas com a heterogeneidade do rural mundial (BORSATTO, 2011).

A partir da necessidade de valorizar o conhecimento local (caracterizado pelo sentir e fazer) e colocá-lo em pé de igualdade com o conhecimento científico (caracterizado pelo compreender racionalmente) erige a definição de Agroecologia (SEVILLA GUZMÁN, 2006, p. 223).

Neste entendimento, a agroecologia interroga os paradigmas científicos, que constituídos pelo universo de valores culturais, ideológicos, históricos e epistemológicos, que condicionam a produção do conhecimento e se apoiam na ciência convencional; esta se refere ao modelo de ciência dominante nos últimos séculos, baseado em um paradigma fundamentado principalmente nas seguintes correntes filosóficas: empirismo, racionalismo, positivismo e determinismo; requerendo um questionamento epistemológico (KUHN, 2005).

A base epistemológica na busca de soluções para os problemas contemporâneos, da agricultura em particular e da ciência em geral, não seja [sic] a mesma epistemologia que sustenta o paradigma responsável pelo surgimento de seus problemas (GOMES, 2005, p.73).

A agroecologia reivindica um saber interdisciplinar, que abarque formas de gerar conhecimentos oriundos das Ciências Humanas e Sociais. A fenomenologia, as abordagens históricas, a dialética, a etnografia e diversos outros instrumentais metodológicos destas ciências são incorporados à epistemologia da agroecologia (BORSATTO, 2011).

Nesta mesma linha de pensamento, “a agroecologia vai além de uma visão unidimensional dos agroecossistemas, de sua genética, agronomia, edafologia” (ALTIERI, 2002, p.16). Este termo possui outro desafio, já que sua abordagem se propõe a trabalhar em diferentes escalas, que vão desde uma dimensão técnico-agronômica relacionada às questões de produção, passando para uma abordagem em nível de agroecossistema, no qual “as relações homem-natureza ganham relevância, atingindo uma escala maior que envolve as relações dos agricultores com o resto da sociedade por meio dos sistemas agroalimentares” (BORSATTO, 2011, p.63).

Diante desse desafio epistemológico, a Agroecologia assume uma postura transdisciplinar, sendo mais do que a união de diferentes pesquisadores ou de distintas disciplinas, vindo a ser a união de diferentes saberes. A exigência desta postura passou a ser demandada a partir do momento em que se percebeu que os agroecossistemas são resultados de um processo de co-evolução entre seres humanos e natureza, o que significa dizer, que existe uma intrínseca relação entre esses dois componentes (NORGAARD, 1987).

Neste entendimento, o termo transdisciplinaridade refere-se à compreensão do mundo atual, interessando-se pela dinâmica decorrente da ação simultânea de diversos níveis de realidade. Seus pilares são: os níveis de realidade, a lógica do terceiro⁴ incluído e a complexidade. Seu conceito emerge de diferentes Teorias do Pensamento Complexo como uma abordagem transdisciplinar da realidade (NICOLESCU, 2005).

Desta forma, a Teoria do Pensamento Complexo, elaborada por Edgar Morin, não é algo concreto ou palpável, não traz uma fórmula e muito menos propõe uma técnica, este autor afirma que:

O pensamento complexo trata de um processo mental, um modo de pensar que leva a uma tomada de consciência a modos de ver e sentir. A palavra *complexus* etimologicamente significa o que está tecido junto; deste modo, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo. A complexidade é o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem o nosso mundo (MORIN, 2001, p. 76).

A consolidação de um novo paradigma, que contribua para uma melhor compreensão do universo, depende de respostas para as demandas sociais, como no caso do paradigma agroecológico. Um paradigma que seja capaz de solucionar a dicotomia entre os saberes desunidos, divididos e compartimentalizados e as realidades ou problemas cada vez mais globais, multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, planetários.

Conforme conceitos da abordagem complexa, o incerto está presente a todo o momento, exigindo consciência, pois graças ao que não pode ser previsto é que surge o novo. Na visão da complexidade, o universo é o jogo do risco da dialógica entre a ordem, a desordem e a organização (MORIN, 2001). A ordem e a desordem, quando isoladas, são duas calamidades, então Morin alerta sobre a necessidade de conceber o universo a partir da noção do tetragrama ordem/desordem/interações/organização (FLORIANI; FLORIANI, 2010).

A agroecologia pode e deve pertencer ao campo científico, sem que isso a impeça de atingir seus objetivos. Isto pode ajudá-la na geração de conhecimentos destinados “a apoiar e dar sustentação à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 95).

⁴ A lógica do terceiro incluído não é, simplesmente, uma metáfora para um ornamento arbitrário da lógica clássica, permitindo algumas incursões aventureiras e passageiras no campo da complexidade. É uma lógica da complexidade e mesmo, talvez, sua lógica privilegiada, porque ela permite atravessar, de maneira coerente, os diferentes campos do conhecimento. Esta lógica não anula a lógica do terceiro excluído: ela apenas restringe seu campo de validade. O mundo se move, vive e se oferece ao nosso conhecimento graças a uma estrutura ordenada daquilo que, no entanto, muda sem cessar. A Realidade é, então, racional, mas sua racionalidade é múltipla, estruturada em níveis. É a lógica do terceiro incluído que permite à nossa razão passar de um nível a outro. Os níveis de realidade correspondem a níveis de compreensão, numa fusão do saber e do ser (NICOLESCU, 2009).

1.1. O MST e a Agroecologia

A partir do ano de 2000, o MST revela, em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com esta proposta conferiu ao movimento a necessidade de iniciar um processo de transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de orientar este novo discurso a sua base social, junto com outros assuntos que ganharam destaque, como a violência no campo e o combate à política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Em diversos cenários, a transição agroecológica tem avançado por meio de dois processos complementares: a ecologização⁵ e a ação coletiva. A primeira representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção.

Essa mudança no MST é representada pela notória constituição de projetos e ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios, utilização de biofertilizantes, plantio de lavouras em cultivo direto e uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária. O outro processo está associado à adesão de produtores agrícolas a Agroecologia como projeto coletivo, visando estabelecer interesses sociais compartilhados e a mudança de valores em torno de alternativas de desenvolvimento sob um determinado contexto local. Ações nesse sentido são sinalizadas pelo MST, a saber: criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia e constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos (BARCELLOS, 2010).

Um novo paradigma precisa constituir-se de um primeiro nicho, antes de poder fortalecer-se, tornar-se uma tendência reconhecida e, triunfar como ortodoxia intocável. Somente ao se consolidar como um sub-campo científico, é que a Agroecologia terá a legitimidade para disputar com os outros paradigmas, qual o mais apropriado para apoiar processos rumo a um desenvolvimento rural sustentável (MORIN, 1998, p.293).

A dimensão sociológica possui um caráter fundamental na elaboração de conhecimentos pela Agroecologia. Segundo Martins (2001), o papel exercido pela Sociologia Rural possui um pesado débito com as populações rurais de todo o mundo, sempre esteve a serviço da difusão de inovações, já que tinha em seu âmago a percepção de que as populações rurais eram populações retardatárias em desenvolvimento econômico.

[...] As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma

⁵ Em sua essência, o processo de ecologização corresponde à introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e nas agendas políticas. Este processo constitui uma força sociológica combinada, a partir da qual as questões de caráter socioambiental e biofísico assumem papel ativo na determinação das tecnologias agrícolas e constituem a mola propulsora de uma ação transformadora na agricultura e no desenvolvimento rural, na medida em que exigem que as instituições passem a se mover pela busca de objetivos (NEGRI, 2005).

demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida (MARTINS, 2001, p. 31).

Neste entendimento, a Sociologia Rural se reavalia e se abre para novas abordagens sobre o meio rural, este ensaio parte de perspectivas sociológicas, para debater as relações sociais presentes no rural, tanto as fomentadas por agriculturas submetidas a uma lógica industrial, quanto as que ainda mantêm ou buscam resgatar uma lógica camponesa centrada na autonomia (BORSATTO, 2011).

Para os camponeses assentados⁶, a conquista da terra representa um avanço em seu processo de luta por autonomia, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão da terra e de trabalho). A luta pela terra é a luta construída pelos movimentos sociais, mas a reconstrução da unidade camponesa de produção, destruída pela dinâmica do capitalismo no campo, envolve lutar por uma sociedade mais justa; estes camponeses lutam para voltar à terra de trabalho e, ali, construir sua autonomia social, típica de seu modo de vida (GONÇALVES, 2008).

Entre os modelos de organização da produção, considerados como o “suprassumo” da redenção camponesa pelo MST, cita-se:

As cooperativas coletivas (CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária), estrutura baseada em coletivização total dos meios de produção, do processo de gestão e do trabalho; e as formas de cooperação agrícola diversificadas, onde o acesso à terra se faz com produtores assentados individuais, mas que se organizam em grupos de famílias, associações de produtores, cooperativas locais e cooperativas regionais (GONÇALVES, 2008, p. 189).

Para além do modelo de cooperativização, “o MST assumiu a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados, para então introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico” (GONÇALVES, 2008, p. 201).

No entanto, as iniciativas de cooperativização, implantadas pelo MST, resultaram em fracassos sociais e, muitas delas, significaram um “tiro no pé”, já que ao invés de aglutinarem e reforçarem os camponeses desestabilizaram ainda mais a rarefeita união existente entre estes, favorecendo, conseqüentemente, o capital e suas

⁶ O campesinato é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da reprodução biótica dos recursos naturais. Nesta perspectiva, é possível falar de “campeñidade” ou grau de “campeñidade” com relação aos grupos sociais de produtores. Victor Manuel Toledo (1995) operacionalizou esse conceito mediante os seguintes indicadores: a) energia utilizada; b) escala ou tamanho do âmbito espacial e produtivo de seu manejo; c) autossuficiência; d) natureza da força de trabalho; e) diversidade; f) produtividade ecológico-energética e do trabalho; h) natureza do conhecimento e, por último; i) cosmovisão. Este sistema de indicadores tem que ser aplicado desde seus extremos: o modo de uso do campesinato e o modo de uso industrial ou terciário dos manejos dos recursos naturais. [...] “Os sem-terra” podem-se considerar como camponeses, ao estarem submetidos também à degradação de seus traços camponeses, inclusive pelas vias muito mais expeditivas, é algo que se deve explorar no contexto da composição dos diferentes tipos de camponeses que integram cada movimento social que luta pela terra. (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000, p. 79-80).

dinâmicas de dominação. Para Christoffoli (2015), outros fatores colaboram para desestabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, pois:

“O associativismo, condição para sobrevivência dos camponeses na produção, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangência, e muitas iniciativas se viram inviabilizadas por dificuldades de acesso a capitais e tecnologias adequados, bem como por carências de gestão⁷. O fato de a base social assentada sobreviver em unidades econômicas privadas, organizadas sob a lógica da produção camponesa artesanal, e como risco crônico de inviabilidade, conduz à manifestação de comportamentos ideológicos típicos de economia artesanal que dificultam a organização de unidades econômicas cooperativas de larga escala e com eficiência empresarial compatível com a demanda para sobreviver frente à competição da agricultura brasileira (MORAIS, 1996; CHRISTOFFOLI, 2000, *apud* CHRISTOFFOLI, 2015, p. 172).

A cooperação agrícola não mostrou ser, efetivamente, a estratégia adotada pela maioria dos assentados, uma vez que, na base, as famílias assentadas têm procurado exercer sua sobrevivência de maneira individual, negando sua inserção nos projetos de coletivização e de cooperação apresentadas pelo MST, situação-problema que Fabrini (2002) compreendeu como uma forma de resistência e de autonomia do campesinato aos projetos políticos de cooperativização que não são os seus, mas das lideranças do MST.

Dessa forma, os “mecanismos de controle social” adotados pelo movimento acabam nomeando como prioritários e ideais os projetos políticos das lideranças e como secundários e pouco importantes o projeto de vida das famílias; descompasso que “aprofunda as frustrações do MST em seu modelo de gestão e de suas propostas organizativas e antidemocráticas, ideia que se reforça com o não acatamento, por parte das famílias, desses projetos colocados ‘de cima para baixo’” (NAVARRO, 2002, p. 276). Complementando suas ideias para desenvolver a Agroecologia no país,

O Movimento compreendeu como necessário o Estado e as forças sociais e políticas do campo (movimentos sociais e sindicatos) trabalharem no sentido de desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade, para atender a juventude do campo e os camponeses e camponesas de todas as regiões do país. [...] Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário, e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, como agronomia, veterinária, biologia, engenharia florestal, etc. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes e a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores (MST, 2006, p. 28).

O primeiro passo adotado pelo MST para discutir o desenvolvimento da agroecologia foi superar suas limitações e realizar estudos, debates e trocas de experiências com entidades que dominavam esta matriz produtiva. Num segundo

⁷ Segundo Christoffoli (2015), essas carências manifestaram-se tanto na esfera da autogestão pelos trabalhadores associados, quanto pelas dificuldades de fazer frente aos padrões de eficiência e eficácia nos mercados capitalistas.

momento, passou a motivar a base e efetivar a criação de iniciativas concretas que lhe permitissem, futuramente, transformar os discursos políticos e teóricos apresentados nos documentos e teses, em fatos concretos, com o efetivo desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos rurais.

Entre os desafios postos entrou, na pauta política, a necessidade de uma “reviravolta” na lógica organizativa do próprio MST, que teve início com a extensão do “arco das alianças” políticas, visando “englobar” grupos diferenciados que atuavam no desenvolvimento da agroecologia, entre os quais: as ONGs, os pesquisadores de universidades, os movimentos sociais que operam nas escalas local/regional/nacional/internacional, enfim, diferentes grupos e sujeitos, com os quais o MST deveria se relacionar para aprender, receber formação técnica e trocar experiências sobre as tecnologias alternativas de produção agrícolas já colocadas em prática por estes grupos e pessoas.

Estas iniciativas seriam complementadas com a reestruturação da organização entorno daquilo que ela tinha de mais importante - a base -, já que a escala local é a ideal para que os processos de mudanças e as inovações necessárias possam, efetivamente, ser construídos. Nesse caso, acampamentos e assentamentos rurais fariam a transição do sistema produtivo e, sob a ação direta dos camponeses assentados, a agroecologia se afirmaria como um modelo de agricultura comunitária, participativa e ecologicamente sustentável.

Desta forma, a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias, ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação ainda mais severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais - químico-alimentares - financeiros, que põem na “lona” os agricultores.

O MST assumiu o desafio de incentivar a consciência dos camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas por eles e quais são as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agrocomercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital), e conseqüentemente, romper com o sistema metabólico do capital, garantindo autonomia e emancipação camponesa.

Diante disso, os contextos a serem exploradas situam-se em proposições de que a agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos, considerando que o discurso da agroecologia se estabelece no MS a partir de sua inserção no movimento, incluindo uma rede maior de aliados políticos (ONGs, associações e órgãos internacionais) e acessar as políticas públicas governamentais com foco socioambiental.

Sob essa perspectiva, compreende-se que os assentamentos rurais são reconhecidos como espaços sociais privilegiados, tanto de produção discursiva em relação à agroecologia, quanto para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois é um dos principais locais onde está localizada a base social do MST.

1.2 A Problemática da Pesquisa e sua Inserção Teórica

A conquista de um lote de terras é um grande avanço social, entretanto, uma conquista muito tímida frente aos desafios da classe trabalhadora de contraposição/resistência ao capital e de ascensão ao socialismo. O Movimento procurou expor aos camponeses que, apesar do processo de espacialização da luta pela terra resultar, em muitos casos, na conquista das fazendas (territorialização), ainda há a falta de uma reforma agrária plena, que realmente reordene a estrutura fundiária brasileira, o que faz com que os novos produtores rurais assentados sofram os impactos do processo paulatino de empobrecimento e de exclusão social, uma vez que os assentados continuam atrelados à “estrutura viciada” de domínio do capital agrocomercial e agroindustrial no campo. = O que decorre da necessidade de se contrapor utilizando, dentre outras estratégias, o modelo agroecológico.

1.2.1 As práticas agroecológicas no assentamento Ander Rodolfo Henrique em Diamante D’Oeste-PR

Ao longo dos anos, os agricultores do assentamento Ander Rodolfo Henrique em Diamante D’Oeste-PR têm desenvolvido diferentes práticas agroecológicas que visam, em primeiro lugar, a garantia e a satisfação da alimentação das famílias (produção de auto-sustento), e no segundo plano, a comercialização da produção.

Em 2003, no desenvolvimento da agroecologia no assentamento várias entidades públicas e privadas corroboraram (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor - CAPA, Itaipu Binacional, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste) o repasse de sementes crioulas⁸ para o cultivo das terras. Depois estas entidades colocaram técnicos para acompanhar a produção das bases agroecológicas. Várias destas práticas foram desenvolvidas no decorrer do processo de implantação dos manejos agrícolas e agropecuários. Atualmente, o modelo de desenvolvimento sustentável está em declínio, pois a ruptura com a proposta está se fortificando nos últimos anos. Estes e outros elementos nos instigaram a desenvolver a pesquisa de campo neste assentamento.

Apesar de sempre ter havido questionamentos sobre a adoção do modelo agroecológico pelos assentados, nos últimos anos, estes impasses entre as famílias e a direção do MST intensificaram-se, principalmente a partir do questionamento sobre a viabilidade econômica da produção agroecológica. Como resultado, iniciou-se um processo de ruptura do modelo proposto de assentamento. A descontinuidade da experiência, depois de oito anos, concretizou-se com o definitivo rompimento do Plano de Desenvolvimento do Assentamento⁹, em 2013, que continha à proposta da matriz

⁸ Quando falamos em sementes crioulas falamos também de raças e mudas, referimo-nos à imensa diversidade genética que as famílias camponesas mantiveram ao longo da história. As variedades crioulas foram muito combatidas pela revolução verde - e em muitas regiões deixaram de existir, foram contaminadas ou ainda acabaram perdendo seu vigor. O desaparecimento dos meios de vida e de sustento das populações encontra-se intimamente ligado à erosão da biodiversidade. A proteção desta só pode ser assegurada se ela voltar a ser à base da produção agrícola, da silvicultura e da produção animal. A prática da biodiversidade é a chave para sua conservação. (SHIVA, 1992).

⁹ É a sigla de Plano de Desenvolvimento do Assentamento. O PDA é elaborado após a criação de um assentamento por uma empresa ou entidade de assistência técnica contratada pelo Incra. As famílias assentadas participam da elaboração deste documento, nele é definida a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso, entre outros aspectos. Além disso, o PDA relaciona as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações

tecnológica agroecológica. A partir de então a realidade do assentamento modificou-se rapidamente, várias famílias aderiram ou voltaram a produzir convencionalmente dentro do pacote tecnológico de produção, com a utilização intensiva de agroquímicos.

Diante desta realidade, perguntamo-nos: A agroecologia foi aceita pelos assentados como uma dívida moral para com o movimento em função da conquista da terra e outras benesses? Se a resposta for positiva, quais fatores levaram ao rompimento desta obrigação moral? Quais outros aspectos podem ter influenciado na decisão dos assentados em romper com o plano de desenvolvimento do assentamento cuja matriz era a agroecologia? Os complexos agroindustriais que “rodeiam” o assentamento podem ter provocado uma ruptura e/ou influência na desistência por parte dos assentados na matriz agroecológica proposta pelo MST?

Os limites para a adoção da agroecologia, na realidade observada, devem-se: a) a maneira que o MST coordena o assentamento, b) à resistência dos agricultores da base em incorporar um discurso e transformá-lo em ação concreta, ou c) a impossibilidade de desenvolvimento econômico e social da agroecologia em comparação com outras matrizes produtivas.

1.2.2 O Histórico do Assentamento em Estudo e a Construção do Projeto Agroecológico

A história do Assentamento inicia-se na Fazenda Cajati, situada no município de Cascavel-PR, local onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou, no ano de 1998, uma ocupação com aproximadamente 1.200 famílias (PDA, 2003, p.49). Conforme Santos,

neste período, a conjuntura política de luta pela terra no estado do PR, passava por uma forte repressão e criminalização por parte do então governador Jaime Lerner. As famílias acampadas perceberam que a área destinada à reforma agrária seria muito difícil de conquistar, devido ao grande poder de articulação política por parte dos proprietários do complexo Cajati, e sabendo que nesse mesmo período, em Diamante d'Oeste, uma área da empresa Mascarelo estava sendo adquirida pelo INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária, o MST decide mudar de estratégia e lutar por esta nova área. Sendo assim, após a realização de assembléia interna no acampamento, 350 famílias da ocupação Cajati foram realocadas para a Fazenda Comil, em Diamante D'Oeste, onde ocorreu a ocupação do futuro Assentamento Ander no dia 11 de Setembro de 2001. (SANTOS, 2011, p.16-17).

De acordo Santos (2011), a fazenda Comil foi desapropriada no dia 24 de novembro de 2003, criando o Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique. Na fazenda, que era de um único proprietário, numa área de 3.097,68 hectares, hoje estão assentadas 108 famílias. Portanto, a ocupação do latifúndio é um pré-requisito para a territorialização das famílias sem-terra, pois a partir da terra conquistada se desdobram novas lutas num processo que se realiza no enfrentamento entre a territorialização das relações capitalistas ou dos camponeses.

Neste sentido, o processo de constituição do assentamento Ander Rodolfo Henrique é um processo de luta “camponesa” pelo território contra o capital, sobretudo

necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e define a infraestrutura básica.

pela forma das organizações e definições da matriz de produção, optando pela transição agroecológica e priorizando a produção do auto-sustento familiar em contraponto ao modelo agroquímico proposto pelo agronegócio¹⁰ (SANTOS, 2011, p.17).

Para a consolidação do PDA (projeto de desenvolvimento do assentamento), foram organizadas diversas reuniões e planejamentos internos com as famílias. Os debates foram coordenados pelo INCRA e por lideranças do MST. Os objetivos destes planejamentos era a consolidação de uma proposta de assentamento com matriz de tecnologia de produção agroecológica voltada para as sustentabilidades ambiental, social, econômica e cultural.

Na linha de produção agrícola, fica definida a proibição de uso de qualquer produto químico, quer seja na lavoura ou pastagens, açudes, gado de leite e corte e animais como galinhas, porcos entre outros. A mesma definição deverá ser respeitada por todos sem exceção [sic]. Pois, as famílias optaram pela linha de produção 100% orgânica. Cabendo a todos reflorestar e proteger as nascentes, o meio ambiente de maneira geral. (REGIMENTO INTERNO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE, 2003).

Figura 1 - Coordenação do assentamento, Assentamento Ander Rodolfo Henrique, Diamante D'Oeste, Paraná, 2003.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.
Foto arquivo da memória do assentamento.

¹⁰Agronegócio é qualquer forma de operação comercial realizada com produtos agrícolas, mas no Brasil, virou denominação de um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca força de trabalho, com monocultura, que se especializam nas exportações. Com o modelo econômico, em geral, subordinado às empresas transnacionais, estas passaram a controlar o comércio agrícola, em especial o comércio de grãos ou como eles chamam as *comodities* — palavra inglesa que designa todas as mercadorias agrícolas padronizadas, homogêneas, como, por exemplo, a soja, o milho, o trigo, o algodão. São produtos produzidos igualmente em todo o mundo. Assim, as transnacionais controlam o comércio internacional destes produtos e também controlam o comércio interno no Brasil. Os agricultores brasileiros são estimulados a produzir estes produtos de exportação, mas as transnacionais ficam com a maior parte dos lucros (VIA CAMPESINA, 2006).

O assentamento, de fato, se preocupava com a organização econômica das famílias e com o sistema produtivo diversificado e agroecológico. Há entre os assentados o desejo de implantação de variadas culturas e atividades produtivas no assentamento, merecendo destaque a pecuária leiteira e a produção de grãos, utilizando-se de prática agroecológica (PDA, 2003, p.124).

O programa produtivo do PDA foi elaborado baseado no regimento interno do assentamento que proíbe o uso de agrotóxicos – inseticidas e fungicidas - e fertilizantes sintéticos – ureia e superfosfato; além da aplicação de produtos químicos nos animais e na prática das queimadas. Sendo assim, o próprio plano de desenvolvimento sustentável do assentamento é uma proposta agroecológica de ruptura com o modelo convencional de agricultura (SANTOS, 2011).

Figura 2 - Área de cultivo de arroz agroecológico das famílias amostradas, Assentamento Ander Rodolfo Henrique, Diamante D'Oeste e Vera Cruz do Oeste, Paraná, 2004.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Foto arquivo da memória do assentamento.

O regimento interno é um documento que articula a organização política interna do assentamento, apresentando normas que garantem a organicidade das famílias em consonância com os princípios do MST. No caso do assentamento Ander, este documento é anterior ao PDA e definia, em última instância, por meio de assembleia geral, qual a matriz tecnológica seria adotada nas linhas de produção agroecológica. Portanto, no dia 28 de agosto de 2003, a coordenação se reuniu para dar o encaminhamento de diversos assuntos, entre eles, a definição da política de produção agrícola que seria adotada (SANTOS, 2011). Esta definição que, posteriormente, constituiu os princípios a serem seguidos pelas famílias, delimitou a implementação de um novo modelo de assentamento no estado do Paraná e um desafio para as famílias em alicerçar um plano de desenvolvimento sustentável.

No entanto, em 2013, este processo foi revertido e tanto o PDA quanto o regimento interno foram abandonados. Por esta razão, esta pesquisa destina-se a compreender quais aspectos levaram a ruptura com o modelo agroecológico adotado até então.

RESULTADOS E DISCUSSÕES PARCIAIS

Trabalhar com assentamentos rurais representa um avanço para as Ciências Sociais e para áreas afins, trata-se de um universo de grande valia para a reforma agrária. A democratização da Terra perpassa a distribuição de um pedaço de chão, significa a abertura de novos horizontes e caminhos que os agricultores-camponeses estão trilhando através das lutas e embates contra o modelo de agricultura excludente.

Neste sentido, esta pesquisa visa contribuir com a reforma agrária, buscando elencar os caminhos (muitas vezes árduos) no decorrer histórico, mais pertinentes para o futuro da reforma agrária e para agricultura familiar. Portanto, os dados parciais desta pesquisa, são de suma importância para as formulações dos futuros projetos de desenvolvimento sustentável em áreas de reforma agrária.

A agricultura familiar, no contexto histórico, remete ao retrocesso da dinâmica de desenvolvimento agrário. A agricultura brasileira não foi pensada para pequenas propriedades familiares, sua estrutura é alicerçada em tecnologias para grandes extensões de terras. A pequena propriedade familiar, na realidade atual, convive com tecnologias inadequadas a sua demanda de trabalho, pois, o que existe no mercado agroindustrial são tecnologias para as grandes monoculturas, encarecendo os custos de produção e, inclusive, inviabilizando a produção agrícola. Segundo Guanzirolí et. al (2001, p.06) “os agricultores familiares têm vantagens na gestão da força de trabalho, particularmente relevantes em processos de produção [...] em que exigem tratamentos culturais delicados e cuidadosos, que dificilmente podem ser compensadas pela firma patronal”. Assim,

(...) pode-se dizer que os sistemas complexos, ecologicamente equilibrados, só são viáveis economicamente se operados com base no trabalho familiar. [...] apropriabilidade de tecnologias à produção familiar, tecnologia que vem se aperfeiçoando com base em conhecimentos científicos avançados de informática e biotecnologias aplicadas aos sistemas complexos (GUANZIROLI et. al, 2001, p. 6).

Ao analisarmos o assentamento em estudo, podemos observar que da forma como foi alicerçada a proposta de assentamento agroecológico a coordenação do MST teve como desafio convencer as famílias a aderirem este projeto. Sendo um projeto ambicioso conduzido “de cima para baixo” ignorando os princípios da agroecologia, conforme se ilustra na literatura (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000; ALTIERI, 2002; CAPORAL; COSTABEBER 2004; SOUZA, 2015). Como o MST teve o desafio, a partir de seu IV congresso, de impulsionar e fomentar a agroecologia em áreas de assentamentos da reforma agrária coube à direção e a coordenação do assentamento problematizar essa nova prática de produção sustentável. Para o MST (2000), a agroecologia significa o estímulo à

(...) prática agrícola sem a utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ao longo dos anos ir ajustando esta forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas-máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão de obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas à nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Deveremos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica (MST, 2000, p. 50-51 *apud* Novaes, 2015, p. 218).

Neste sentido, as famílias aceitaram o desafio de construir o PDA em Agroecologia, mas este comprometimento foi constituído e aceito como uma dívida moral das famílias para com o movimento social; aceitaram produzir agroecologicamente em suas unidades de produção familiar porque foram assentadas pela luta e pela organização do próprio MST, então seria uma obrigação aderir este projeto de assentamento.

Segundo Lazzaretti (2007), os assentados possuem uma dívida moral com o MST gerada por uma relação de reciprocidade assimétrica produzindo respeito, obediência e dependência. Mesmo não tendo ideia formada em torno da agroecologia, aderiram este projeto de desenvolvimento sustentável de base agroecológica. Com o passar dos anos essas obediência e dependência foram se distanciando dos ideais do MST. Hoje a realidade do assentamento é totalmente oposta, muitas famílias se voltaram à produção convencional, impulsionada pelo aparato financeiro oferecido pelos complexos agroindustriais que “rodeiam” o assentamento, oferecem subsídios de custos para a produção da safra agrícola com garantias de preço e compra de suas produções.

Quadro 1- Utilização de agrotóxicos para controle de pragas e/ou doenças em vegetais (Lavouras, pastagens, florestas, produtos de viveiros, produtos estocados) 2015.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	34	73,9	73,9	73,9
	Sim, mas não precisou utilizar em 2015.	4	8,7	8,7	82,6
	Não	8	17,4	17,4	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Porém, mesmo utilizando agrotóxicos em suas unidades de produção familiar os dados da pesquisa de campo nos revelam que cerca de 47,8% das famílias entrevistadas são a favor da campanha contra os agrotóxicos. Torna-se visível que os agricultores utilizam agrotóxicos porque não tem alternativa viável para sua produção. Em seu consciente sabem dos perigos dos agrotóxicos e dos males que causam à saúde, à produção de alimentos e ao meio ambiente.

Quadro 2 – Campanha contra os Agrotóxicos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	22	47,8	47,8	47,8
	Não	6	13,0	13,0	60,9
	Não conheço	8	17,4	17,4	78,3
	Não tenho opinião	10	21,7	21,7	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A estrutura do projeto de desenvolvimento sustentável não observou as particularidades culturais de cada família. Estes núcleos de pessoas são oriundos de diversas regiões do estado Paraná e do Sul do país e, inclusive, moraram por vários anos no Paraguai.

Quadro 3 - Local de nascimento e estado.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Rio Grande do Sul	5	10,9	10,9	10,9
	Santa Catarina	6	13,0	13,0	23,9
	Paraná	35	76,1	76,1	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quadro 4 - Famílias que moraram no Paraguai

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Sim	28	60,9	60,9	60,9
	Não	18	39,1	39,1	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

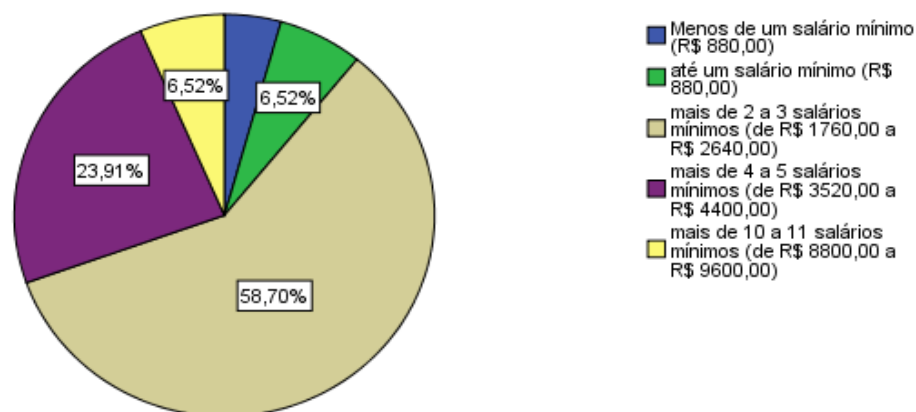
O fator cultural também influenciou nas tomadas de decisões no presente e no futuro, pois, conforme literatura, o agricultor familiar-camponês tem seu próprio modo de vida no campo (LAZZARETTI, 2007; ABRAMOVAY, 1998; KAUSTSKY, 1980; FABRINI, 2002¹¹) muitas vezes já desestruturado pelo modelo agrícola vigente e, neste sentido, a adesão ao modo de trabalho voltado à agroecologia seria novamente mais um modelo imposto. Observa-se, que além dos fatores puramente econômicos, inclui fatores culturais, sociais, religiosos e outros que correspondem aos anseios destes sujeitos.

Outro fator que desencadeou o processo de ruptura do projeto agroecológico seria a viabilidade econômica das famílias em produzir de forma sustentável. Segundo informações de campo, os grupos articuladores, que estruturaram a matriz tecnológica de produção agroecológica, não projetaram meios de escoamento da própria produção, desde a certificação de suas propriedades até a comercialização. Várias famílias começaram a criticar a estrutura organizativa do projeto de assentamento, em torno da matriz tecnológica de produção agroecológica.

O modelo adotado não estava correspondendo às expectativas das famílias em relação à viabilidade econômica, pois elas produziam alimentos livres de agrotóxicos, no entanto, vendiam como convencional às cooperativas agroindustriais. Após romperem com o projeto agroecológico, a renda das famílias continua a ser um fator decisório para o desenvolvimento econômico. Mesmo no modelo convencional de produção agropecuária 82,61% das 46 famílias entrevistadas estão na faixa salarial de 2 a 5 salários mínimos. Isso remete a uma renda bruta mensal, sem analisarmos os custos de produção e outros fatores que fragilizariam ainda mais o fator econômico das famílias.

¹¹ Autores de referência sobre a questão agrária e o campesinato brasileiro.

Gráfico 1 - Renda média das famílias entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Cabe ressaltar que uns dos pontos cruciais de desenvolvimento econômico das famílias seria o acesso às políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar. Analisando o processo histórico pudemos observar que o assentamento, de modo geral, não teve acesso às linhas de créditos de fomentação a produção agroecológica. Pensar em projetos de desenvolvimento sustentável sem aparatos das políticas públicas inviabiliza qualquer matriz de desenvolvimento socioeconômico.

Quadro 5 - Frequência do técnico especializado em Agropecuária que presta assistência técnica ao estabelecimento.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Ocasionalmente (esporadicamente)	4	8,7	8,7	8,7
	Regulamente	10	21,7	21,7	30,4
	Não recebe assistência técnica	32	69,6	69,6	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A burocratização no acesso desta linha de créditos e a falta de assistência técnica especializada que acompanhasse o desenvolvimento das famílias (conforme ilustração no quadro cinco) levou ao desencantamento¹² da produção agroecológica. Proposta esta que necessitava de um acompanhamento mais eficaz e periódico com as famílias.

Outro fator que contribuiu para com esta ruptura de modelo agrícola e condiz à realidade dos assentamentos rurais da reforma agrária baseia-se na força de trabalho e

¹² Etimologicamente a palavra “desencantamento”, em alemão, é *Entzauberung*, que tem como significado literal desmagificação. Aumenta-se a compreensão do termo quando se dá o significado da palavra alemã *Zauber*, que quer dizer magia, encanto, fascínio atração. Assim, num primeiro momento, desencantamento é deixar de lado o encanto, perder o fascínio e *Entzauberung der Welt* seria a “desmagificação do mundo” num sentido literal e no contexto das obras de Weber ganha o significado de desencantamento do mundo (CARDOSO, 2014).

na sucessão familiar. O assentamento Ander Rodolfo Henrique representa bem estas características.

Quadro 6 - Pessoas que moram na unidade de produção familiar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Duas pessoas	4	8,7	8,7	8,7
	Três pessoas	16	34,8	34,8	43,5
	Quatro pessoas	12	26,1	26,1	69,6
	Cinco pessoas	6	13,0	13,0	82,6
	Seis pessoas	7	15,2	15,2	97,8
	Moro sozinho	1	2,2	2,2	100,0
	Total	46	100,0	100,0	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Trabalhar com métodos agroecológicos demanda uma quantidade maior de pessoas envolvidas nos cultivos e manejos agrícolas na unidade de produção. Conforme representação do quadro seis, 60,9% das famílias entrevistadas tem 3 a 4 pessoas que compõem o núcleo familiar. Porém, outro elemento preocupante, que desencadeou a desestruturação do modelo agroecológico deste assentamento, foi à saída dos jovens em busca de trabalhos fora do assentamento. Ficando no campo somente o casal, que em muitos casos, devido à idade avançada, apresentam dificuldades com o trabalho braçal.

Quadro 7- Membros das famílias que estão empregados fora do assentamento.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Válido	Marido/Mulher	2	4,3	11,1	11,1
	Filhos	14	30,4	77,8	88,9
	Pai/Mãe	2	4,3	11,1	100,0
	Total	18	39,1	100,0	
Omisso	Sistema	28	60,9		
Total		46	100,0		

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dos entrevistados, 30,4% ou 14 dos 46 declaram que os filhos trabalham fora do assentamento. Neste sentido, as famílias estão perdendo a força de trabalho viril destes jovens, que poderiam contribuir com o desenvolvimento econômico e social familiar. No entanto, o assentamento, para esses jovens, é apenas um lugar para morar e descansar aos finais de semanas, pois não tem perspectivas de crescimento econômico e bem estar social.

As energias dos mais novos estão sendo gastas nos complexos agroindustriais, os quais foram um dos percussores que propagandearam contra o modelo de desenvolvimento sustentável de assentamento livre de agrotóxicos e sementes transgênicas. Segundo Novaes (2015), guiadas pelo tripé semente transgênica, agrotóxicos/fertilizantes sintéticos e máquinas pesadas, as corporações agroindustriais

consolidaram uma estrutura de poder e dominação no meio rural e inclusive dos assentamentos.

A maneira que foram conduzidos o PDA e as estruturas burocráticas do estado, aliadas à agricultura mercadológica excludente do agronegócio, facilitaram o rompimento definitivo da matriz tecnológica de produção agroecológica. Esses foram os elementos que contribuíram para a descontinuidade da proposta de assentamento com a matriz agroecológica. A agroecologia perpassa os caminhos do desenvolvimento agroindustrial brasileiro, traz no seu bojo a libertação dos homens e das mulheres do campo, que através da construção deste novo paradigma de sustentabilidade ambiental, problematiza as raízes viciadas da ciência e de suas dicotomias paradoxais.

Pensar em qual agricultura e em qual sociedade queremos desafia-nos a romper com a dinâmica de sociedade capitalista e expropriadora dos recursos naturais. A agroecologia nos oferece um conjunto de práticas para desnaturalizar o modelo de produção agrícola vigente, forjando um sistema harmônico entre o ser humano e a natureza e de desenvolvimento sustentável.

Conforme Guanzioli et. al (2001), a produção familiar que se encontra hoje em grande medida descapitalizada ou pouco capitalizada, mas que, repetindo, nenhum óbice tecnológico impede que inicie um processo de modernização e se torne progressivamente média e grande à medida que se eleva o custo de oportunidade do trabalho. Estas concepções eliminariam os gargalos do desenvolvimento agrário, possibilitando avanço em novas tecnologias da agricultura familiar camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com uma nova racionalidade produtiva, em áreas de assentamentos rurais da reforma agrária, condiciona não apenas planejamento de projeto de desenvolvimentos sustentáveis, mas são diversos fatores que colaboram para edificar um projeto de assentamento. Estas análises preliminares da pesquisa mostraram-nos como são diversos os elementos que direcionam para várias interpretações dos fatos que ocorreram no assentamento e desencadearam a ruptura das práticas agroecológicas.

Outrossim, trabalhar com agroecologia em áreas de assentamento de reforma agrária é um desafio para o próprio MST e para as famílias assentadas. Práticas que envolvem não apenas projetos políticos de decisões ou deliberações em suas ações, mas necessitam de um aparato de políticas públicas para viabilização da produção agroecológica.

Pensar em agroecologia condiciona pensar em desenvolvimento rural sustentável, com equidade social e econômica para famílias-camponesas, não apenas de produção de alimentos sem usos de agrotóxicos. O processo de desenvolvimento sustentável, baseado na produção agroecológica, necessita não apenas de vontade política ou de acesso às políticas públicas, mas de planejamento em várias esferas sociais que venha acompanhado do anseio da comunidade para se tornar representativa perante sua realidade.

Portanto, não se constrói projetos agroecológicos para agricultura familiar camponesa de cima para baixo. A agroecologia tem que ser pensada e construída de forma unitária, harmonia e voluntária. De modo que possa representar o anseio da classe trabalhadora do campo, unindo produção de alimentos livre de agrotóxicos e com qualidade de vida ao homem do campo. A agroecologia nos espaços da reforma agrária vem para fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, aglutinando força no campo e na cidade e, acima de tudo, possibilitando dignidade aos povos do campo com compromisso dos valores humanos e responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo Campinas, Editora Hucitec & Editora da Unicamp, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Rio de Janeiro, 2010, 139 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2010.

BORSATTO, Ricardo Serra. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Programa de Pós-graduação *strictu sensu* em Engenharia Agrícola. Unicamp, Campinas – SP, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2004.

CARDOSO, M. R. O Desencantamento do mundo segundo Max Weber. **Revista EDUC**, Duque de Caxias, RJ, v.1, n.2, p. 106-119, jul/dez. 2014.

CHRISTOFFOLI, P. et al. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: Desafios e Potencialidades. In: BENINI, Édi; FARIA, Maurício S.; NOVAES, Henrique T.; DAGNINO, Renato (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.v. 2. p. 121-152.

DALGAARD, T.; HUTCHINGS, N.J.; PORTER, J.R. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. **Agriculture Ecosystems & Environment**, n.100, p. 39-51, 2003.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente: UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Geografia, UNESP, Presidente Prudente – SP, 2002.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, RS, v.5, n.1. p. 3-23. 2010.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GOMES, R et al. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação.** In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 185-221.

GONÇALVES, Sérgio. **Resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná.** Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, 2008. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Geografia. UNESP - Presidente Prudente – SP, 2008.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible.** Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KUHN, T. S. **Estrutura das revoluções científicas.** 9.ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade.** Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal de Campina Grande. João Pessoa, 2007.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** Tradução: Sandra Valenzuela.5.ed.São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Sérgio Roberto. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade.** Seus limites para a América Latina. Curitiba: Emater, 2001.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2009.

MST. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2006.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A reforma agrária e as lutas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2002.

NEGRI, Paulo Sergio. **A identidade ecológica do movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador.** Araçongas: UEL – Universidade Estadual de Londrina, 2005, 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UEL, Londrina – PR, 2005.

NICOLESCU, B. **O Manifesto da Transdisciplinaridade.** 2 ed. São Paulo: TRIOM, 2001.

Nicolescu, B. *Contradição, Lógica do Terceiro Incluindo e Níveis de Realidade*. 2009. CETRANS – Centro de Educação Transdisciplinar: disponível em <http://cetrans.com.br/>: Acessado em : 25/05/2016.

NORGAARD, R.B. Una sociología del medio ambiente coevolucionista. In: REDCLIFT, M. WOODGATE, G. **Sociología del medio ambiente: una perspectiva internacional**. Madrid: McGraw-Hill, 1987.p.167-178.

NOVAES, Henrique; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Laís (Orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

ODUM, E.P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

PDA – **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento** – Versão Final. P. A. Ander Rodolfo Henrique. AMBIENS: Curitiba, 2003

REGIMENTO INTERNO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE, 2003.

SANTOS, Pedro Bernardo. **Assentamento Ander Rodolfo Henrique (Diamante D' Oeste-PR): um território em transição para a agroecologia**. Presidente Prudente: UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011, 55 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia) - Curso Especial de Graduação em Geografia do Convênio UNESP/INCRA/Pronea, UNESP, Presidente Prudente – SP, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato**. Tradução: Ênio Guterres e Horacio Martins de Carvalho. São Paulo: Expressão Popular. 3.ed. 2013.

SHIVA,V. **A semente e a roça de fiar: desenvolvimento de tecnologia e conservação da biodiversidade** . Rio de Janeiro: AS_PTA,1992.

SOUZA, ANDRE Luiz de. **Aspectos da agroecologia e das políticas públicas no assentamento rural Loiva Lurdes, Borebi - SP**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2015. 56 f Monografia (Especialização em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - Residência Agrária) Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Residência Agrária, UNICAMP, Campinas – SP, 2015.

Oliveira, A.U.; STEDILE, J.P. Cartilha” **A Natureza do Agronegócio no Brasil**”. Publicação da Via Campesina Brasil, Fórum Nacional de Reforma Agrária março de 2006.

WEZEL, A. et. al. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**. Paris, n.29, p. 503-515, 2009.